IEPS
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

Uma agenda propositiva para a Política de Saúde Mental

Dayana Rosa
Pesquisadora de Políticas Públicas do IEPS
Administradora pública, mestre e doutora em Saúde Coletiva

Brasília, 07 de julho de 2022

Pesquisa & Advocacy em Saúde Mental

Mapeamento de Cenário

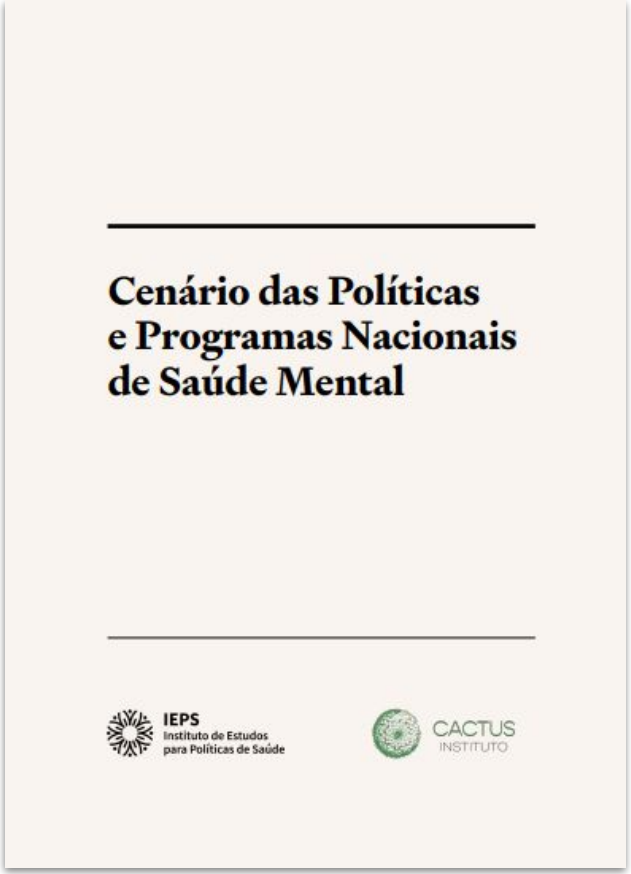
Revisão bibliográfica, legislativa e infralegal

Elaboração de insumos

Relatórios temáticos; notas técnicas; briefings; LAI/ Requerimentos de informação; artigos de opinião, etc.

Incidência política

Monitoramento do Congresso Nacional e Cooperação técnica em ações dos Poderes Executivo e Legislativo



Cenário das Políticas e Programas Nacionais de Saúde Mental

- O Ministério da Saúde não centraliza o monitoramento das internações psiquiátricas;
- A reinserção social, um dos principais pilares da Reforma Psiquiátrica, foi deixada de lado;
- A assistência às pessoas em situação de rua não acompanha o enorme aumento dessa população.

Agenda Mais SUS

Objetivo de contribuir com o debate público eleitoral e subsidiar a próxima gestão do Governo Federal a partir de diagnósticos e propostas concretas para o SUS

agenda mais SUS

A **Reforma Psiquiátrica** foi interrompida. Precisamos **resgatar e avançar nos direitos**.

O que resgatar?

O que resgatar?
1. Liberdade como prioridade

- **A internação deve ser a última opção**

  Tanto a Lei da Reforma Psiquiátrica quanto a Lei de Drogas estabelecem que a internação deve ser a última opção de tratamento, sendo empregada somente quando todos os outros recursos tiverem se esgotado.

- **Incentivo financeiro para Equipes de Desinstitucionalização**

  Em março, o Ministério da Saúde revogou o financiamento das equipes responsáveis pela avaliação das pessoas e pela orientação de sua reabilitação, além de viabilizar documentos pessoais, acesso a benefícios previdenciários e assistenciais, como o Programa de Volta para Casa, e rearticulação de vínculos sociais.

- **Fechar porta de entrada para instituições de características asilares**

  E encerrar a contratação e financiamento de leitos de saúde mental com qualidade assistencial insuficiente.

O que resgatar?
2. Serviços substitutivos aos manicômios

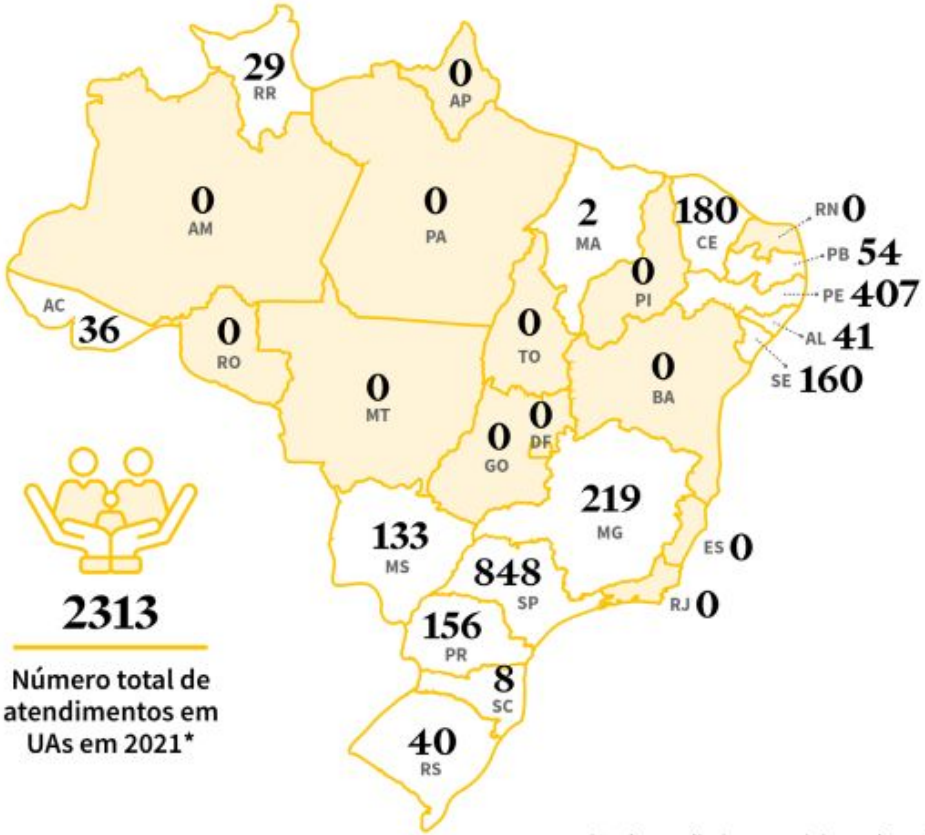
- **Serviços Residenciais Terapêuticos**

  Os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), centrais na desinstitucionalização de pessoas com transtorno mental e em situação de internação psiquiátrica de longa permanência, abrigava, no início do ano, 6.074 moradores em 801 unidades

- **Unidades de Acolhimento**

  Entre 2017 e 2021, 13 estados não possuíam uma Unidade de Acolhimento sequer

Número de atendimentos em Unidades de Acolhimento segundo Unidade Federada de Residência



*Dados preliminares sujeito a alteração

Fonte: Sistema de Informação Ambulatorial - SIA

O que resgatar?
3. Saúde Mental no Ministério da Saúde

- **Interromper transferência de responsabilidades para o Ministério da Cidania**

  Através do financiamento de Organizações da Sociedade Civil (OSC) que atuam como Hospitais Psiquiátricos, o Ministério da Cidadania tem interferido no processo de internação, uma atribuição da Atenção Hospitalar.

- **Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas**

  Em maio, o Ministério da Saúde passou por uma reformulação a pasta deixou de existir, enquanto coordenação, passando a estar ligada diretamente a Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS).

O que resgatar?
4. Democracia, Participação e Controle Social

- **Realização periódica da Conferência Nacional de Saúde Mental**

  Por falta de apoio do Poder Executivo, a Conferência foi mais uma vez adiada. O último encontro ocorreu em 2010.

- **Pactuação nas instâncias de Controle Social**

  A Política Nacional de Saúde Mental, fundada na desinstitucionalização e atenção psicossocial, representa não apenas uma política de governo, mas uma política de Estado, consolidada em quatro conferências nacionais de saúde mental, com ampla participação social e reconhecimento pelas várias instâncias de controle social do SUS. As recentes Portarias, Decretos e Editais foram publicados em pactuação nesses lugares.

Onde avançar?

Onde avançar?
1. Ampliar os direitos das pessoas com transtorno mental

- **Promover a autonomia**
  Fomentar a geração de emprego e renda, reajuste e implementação do auxílio financeiro do Programa de Volta para Casa (PVC) e oferta de cursos profissionalizantes.

- **Representatividade**
  Garantir a implementação do Conselho Gestor nos serviços de saúde mental, com a representação de pessoas com transtorno, familiares, trabalhadores, gestores do serviço e representantes de movimentos sociais, em articulação com a Comissão Intersetorial de Saúde Mental do CNS.

Onde avançar?
2. Atenção Primária e Comunidades Escolares preparadas para o acolhimento de crianças e adolescentes

- A APS é a porta de entrada do SUS, onde os serviços estão mais capilarizados, e a escola é onde as crianças e adolescentes passam a maior parte do tempo. Crises de ansiedade em ambientes escolares foram registradas nos últimos meses e, de acordo com o levantamento "Caminhos em Saúde Mental", 50% das condições de saúde mental aparecem até os 14 anos, e 75% até os 24 anos de idade, sendo que a maior parte disso (4 a cada 5 casos) passam sem diagnóstico ou tratamento. Ainda, em pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 56% dos adultos disseram que algum adolescente do domicílio apresentou um ou mais sintomas relacionados à saúde mental durante a pandemia.

Onde avançar?
3. Ministério da Saúde deve centralizar o monitoramento das internações

- **Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares de Psiquiatria (PNASH/Psiquiatria)**
  Retornar e expandir a realização do PNASH em pactuação com os Ministérios da Justiça e Segurança Pública, e da Cidadania, de forma a alcançar todos os serviços que realizam internação psiquiátrica, incluindo os Hospitais de Tratamento e Custódia, Comunidades Terapêuticas e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) que atuem como hospitais psiquiátricos.

Onde avançar?
4. Mais e melhores Serviços Residenciais de Caráter Transitório e Moradia

- **Housing first**
  Formulação de Política Nacional de Habitação que priorize os mais vulnerabilizados e que seja construída em conjunto com a sociedade civil, além de fortalecer o acolhimento transitório em Unidades de Acolhimento e Hotéis Solidários

Onde avançar?
5. Implementação de equipes multidisciplinares em Audiências de Custódia

- **Prevenção de prisões ilegais e violações de direitos humanos** *Estimular a presença de equipes multidisciplinares nas Audiências de Custódia, em articulação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, devendo dispor de apoio técnico e financeiro para efetivação da mesma. As equipes serão responsáveis por providenciar o acolhimento imediato, seja psicológico ou material (como fornecimento de roupas limpas e alimentação), e em seguida realizar avaliação psicossocial que subsidie a tomada de decisão do Juiz no momento da audiência.*

Onde avançar?

6. Qualificação da atuação dos profissionais que interagem com pessoas em sofrimento ou com transtorno mental

- Profissionais e demais trabalhadores das unidades de saúde da Atenção Primária;
- Profissionais de saúde mental;
- **Policiais, bombeiros e demais trabalhadores de serviços de urgência, como o SAMU e hospitais de emergência**; e
- Gestores públicos.

Caso Genivaldo de Jesus Santos

E muito mais...

agenda mais SUS

Evidências e Caminhos
para Fortalecer a Saúde
Pública no Brasil

Acesse

IEPS; Cactus, 2022. Cenário das Políticas e Programas de Saúde Mental. Disponível em: https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2022/06/cenario-politicas-programas-nacionais-saude-mental-ieps-instituto-cactus.pdf

IEPS. Agenda Mais SUS - Caminhos para Fortalecer a Saúde Pública no Brasil. Disponível em: https://agendamaissus.org.br/

IEPS
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

Obrigada!

Dayana Rosa
Pesquisadora de Políticas Públicas do IEPS
Administradora pública, mestre e doutora em Saúde Coletiva
dayana.rosa@ieps.org.br